

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CAMPUS A. C. SIMÕES/UFAL.

Amanda Beatriz dos Santos Miranda Oliveira

UFAL

amanda.miranda@cedu.ufal.br

Isabela Ferreira Marques

UFAL

isabela.marques@cedu.ufal.br

1 INTRODUÇÃO

Na busca pela garantia da equidade e diversidade nas instituições de ensino observamos que a Educação Inclusiva tem ganho destaque no cenário educacional. Contudo, a preparação dos futuros educadores para lidar com a complexidade da inclusão ainda apresenta desafios significativos. Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre como tem se dado a formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de licenciatura no Campus A. C. Simões, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por meio da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso (PPCs). A pesquisa busca identificar possíveis lacunas e pontos de melhoria nas diretrizes curriculares oferecidas aos futuros docentes.

A principal motivação deste estudo é o descompasso entre a crescente demanda por práticas inclusivas e a limitada preparação nas estruturas curriculares dos cursos de formação inicial de professores. Com o aumento da diversidade nas salas de aula, muitos docentes se sentem despreparados para atender às especificidades de alunos com deficiências ou necessidades educacionais especiais. Essa inquietação surgiu em nossa trajetória acadêmica ao observar as dificuldades enfrentadas por educadores que trabalham com o público atípico.

Este estudo é de natureza exploratória e qualitativa, utilizando a análise documental dos PPCs dos 18 cursos de licenciatura do Campus A. C. Simões/UFAL. A análise dos documentos permitirá uma compreensão preliminar sobre a estrutura curricular oferecida e os conteúdos relacionados à educação inclusiva. A pesquisa pretende contribuir para o aprimoramento das práticas formativas, possibilitando a preparação de educadores mais capacitados para atender às demandas da educação inclusiva.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre como tem se dado a formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de licenciatura do Campus A. C. Simões, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), analisando os Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) dos cursos para identificar como essa temática é abordada e se há lacunas ou oportunidades de melhoria. Além disso, busca-se compreender se a formação oferecida tem sido eficaz, do ponto de vista curricular, na preparação de educadores para lidar com a diversidade nas salas de aula, especialmente com alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

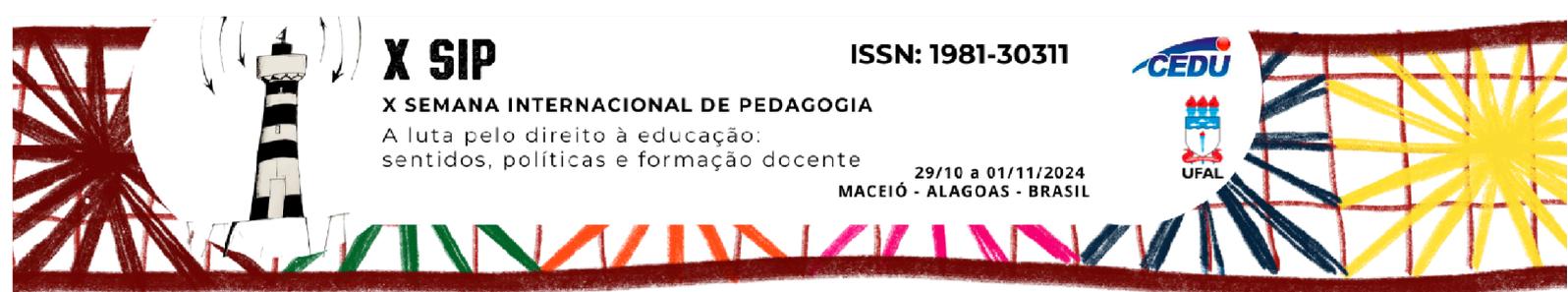
3 METODOLOGIA

Neste estudo, adotamos uma abordagem metodológica que visa aprofundar nossa compreensão sobre a formação de professores em relação à educação especial e inclusiva na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Sendo assim, a escolha por uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória se apresentou como aquela plausível considerando nossas condições para sua realização. De acordo com Gil (2002), trata-se de um tipo de pesquisa que objetiva proporcionar uma maior familiaridade com o problema em análise.

Para Pope e Mays (2005) a pesquisa qualitativa se vincula às vivências, e à interpretação desses fenômenos sociais. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida para entender os fenômenos que ocorrem por trás das nossas vivências de estágio enquanto estudantes e futuras professoras. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica fundamentada na necessidade de explorar e analisar criticamente as leis e literatura existentes sobre o tema, proporcionando uma base teórica para nossa investigação, bem como realizamos a busca pelos documentos foco de nossa análise, quais sejam: os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos (PPCs) de formação de professores da UFAL, Campus A. C. Simões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de refletir sobre como se dá o processo de formação inicial na perspectiva da formação inclusiva, realizamos uma análise nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de licenciatura do Campus A. C. Simões/UFAL através de palavras-chaves que nos ajudaram a identificar como os cursos estão desenvolvendo propostas que visam ofertar aos docentes condições mínimas de formação para o atendimento às demandas de estudantes com



X SIP

X SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A luta pelo direito à educação:
sentidos, políticas e formação docente

ISSN: 1981-30311

29/10 a 01/11/2024
MACEIÓ - ALAGOAS - BRASIL



necessidades educacionais especiais. As palavras-chaves foram: Inclusão, Educação Especial, Deficiência, Diversidade, Educação Inclusiva, Necessidades Especiais, Necessidades Específicas e Pessoa com Deficiência. A análise através das palavras-chaves nos permitiu filtrar informações importantes nos projetos que contribuíram para desenvolver um olhar mais crítico em relação ao processo inicial de formação de professores.

Os dados analisados evidenciaram que a maioria dos cursos de licenciatura, em análise, faz menção ao Núcleo de Acessibilidade da UFAL (NAC), cujo objetivo é garantir a inclusão integral e de qualidade para pessoas com deficiência. As menções são dispostas da seguinte maneira:

[...] O NAC foi criado a partir do “Programa Incluir”, do Ministério da Educação, em 2013, e atualmente integra as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Sua missão é promover a inclusão do aluno do público-alvo da Educação Especial na Educação Superior, principalmente com a eliminação das diferentes barreiras de aprendizagem (Projeto Pedagógico do Curso de Educação Física, 2019, p. 32).

Além disso, o NAC possui uma estrutura que permite atender discentes, docentes, coordenação e familiares, além de ser um espaço que permite a produção de materiais para atender as demandas dos discentes:

[...] Em 17 de fevereiro de 2017 foi inaugurada a sua nova sede, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com 3 salas, as quais são utilizadas para reuniões com estudantes, professores, coordenadores e familiares, bem como há a produção de materiais demandados por discentes com deficiência atendidos. Atualmente, o NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, 12 bolsistas de apoio ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico (Projeto Pedagógico do Curso de Física, 2019, p. 41).

Além do NAC, existem políticas direcionadas por outro órgãos que visam dar um suporte maior aos alunos com deficiências, com o intuito de minimizar barreiras que dificultem a permanência:

[...] A partir de 2016, o NAC ainda tem atuado na intermediação com os diferentes órgãos da UFAL, principalmente junto à SINFRA, PROGRAD e PROEST, para a minimização de possíveis barreiras

(físicas e acadêmicas) à permanência do estudante com deficiência, como preconiza a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Aqui, merece destaque a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptações de banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência dos estudantes e professores com deficiência na universidade (Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais, 2018. p. 119).

Podemos também visualizar ações que auxiliam em demandas específicas desses estudantes, como as sinalizadas abaixo:

[...] Além disso, conforme já sinalizado anteriormente, em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, de assegurar a implementação de uma educação inclusiva, tentamos garantir, em nossas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental. Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses discentes. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos (Projeto Político do Curso de Ciências Sociais, 2018. p. 136).

Os projetos desenvolvidos pela Universidade, adotados pelos cursos para oferecer assistência de qualidade aos estudantes com deficiências, são essenciais para um ensino de excelência. No entanto, é crucial que as instituições de ensino superior promovam uma formação adequada para os futuros educadores, capacitando-os a oferecer uma assistência pedagógica eficaz desde a educação básica. Ao implementar um currículo que valorize a inclusão e a diversidade, contribuimos para formar alunos mais preparados para o ensino superior, resultando em um desenvolvimento acadêmico sólido. Assim, é fundamental que os projetos políticos pedagógicos integrem práticas formativas voltadas à excelência na educação inclusiva, garantindo um impacto positivo na trajetória dos estudantes.

Com base nessa perspectiva, o Decreto nº5.626, de 2005, regulamenta a inclusão da disciplina de Libras como obrigatória no currículo do curso de pedagogia e em todos os cursos de licenciatura:

[...] Além dessas, faz, ainda, parte do Núcleo de Formação Geral, a disciplina de Libras (ofertada pela FALE - Faculdade de Letras da UFAL), que de acordo com o Artigo 3º e seus incisos, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, é obrigatória nas licenciaturas e no curso de Pedagogia (Projeto Político do Curso de Ciências Sociais, 2018. p. 28).

A obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de Pedagogia e licenciaturas é um avanço importante para a educação inclusiva. Essa medida enriquece a formação dos futuros educadores, capacitando-os a atender melhor às necessidades de alunos surdos e com deficiência auditiva. Ao promover o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, contribuimos para um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo, refletindo nosso compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades.

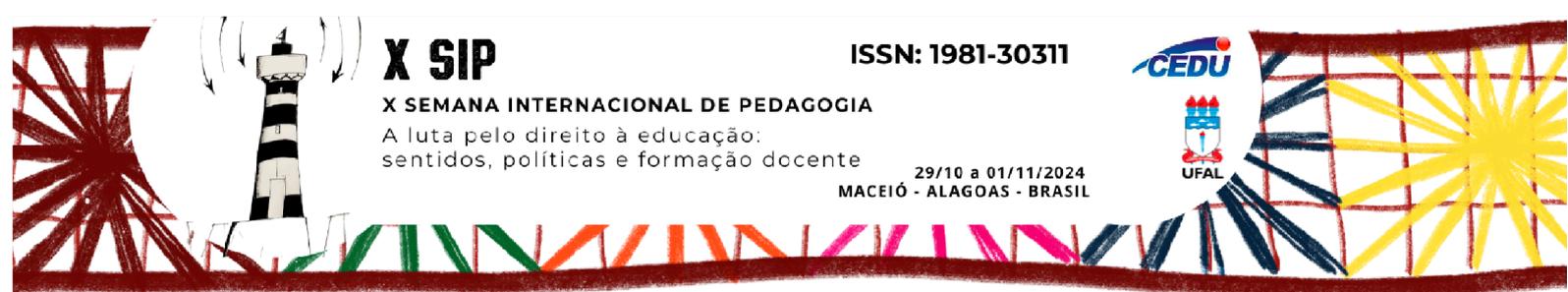
Além da oferta da disciplina de Libras, vemos projetos de extensão que viabilizam a criação de materiais de suporte para o público surdo, como o Programa de Extensão do IF/UFAL que desenvolve um projeto que ultrapassa os muros da universidade:

[...] Nesse projeto materiais em áudio e em braile são/foram desenvolvidos no Instituto de Física da UFAL, campus Maceió. Ele tem como público alvo os deficientes visuais do estado de Alagoas. O material produzido foi distribuído para todas aquelas escolas que tiverem interesse em utilizar o material como um suporte didático, bem como será disponibilizado diretamente para os alunos com deficiência visual que tenham interesse em adquirir o material (Projeto Pedagógico do Curso de Física, 2019. p. 38).

A partir dos resultados obtidos, identificamos em alguns cursos a presença de outras disciplinas referentes à inclusão, como a disciplina de Educação Inclusiva que se apresenta na matriz curricular do curso de Pedagogia como obrigatória e, em outras licenciaturas, como eletiva, como é o caso do curso de Ciências Sociais.

[...] Ementa: Estudo do desenvolvimento atípico das crianças e adolescentes, compreendendo os recursos educacionais disponíveis na comunidade, os programas de prevenção e assistência existentes, trabalhando o educando na perspectiva do processo de inclusão social (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, 2006. p. 57).

A Ementa da disciplina de Educação Especial é positiva, pois permite que os alunos se apropriem de conhecimentos sobre especificidades educacionais e desenvolvam práticas humanizadoras para o desenvolvimento integral da criança. No entanto, o debate em sala não



é suficiente para atender à crescente demanda dos professores. Além disso, muitos cursos mencionam pouco em seus Projetos Pedagógicos as práticas inclusivas adotadas e carecem de disciplinas que promovam um olhar crítico sobre a inclusão, como no curso de Filosofia. O curso de licenciatura de Filosofia (2006) não apresenta em seu PPC estudos mais aprofundados sobre a temática e não apresenta a disciplina de Libras em sua grade curricular. Pouco se encontra, também, referências sobre o NAC em seu projeto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossas vivências, constatamos uma dificuldade significativa por parte dos professores em compreender o universo atípico e as diversas deficiências, assim como em saber como lidar com essas demandas de maneira eficaz. Embora tenhamos encontrado diversas ações (como a criação do NAC) e legislações que garantem a inclusão e promovem o ensino inclusivo na formação de professores, ainda acreditamos que há um longo caminho a ser percorrido. É louvável cada iniciativa tomada, mas é fundamental que busquemos uma formação docente mais robusta e segura. Atualmente, notamos a ausência de disciplinas que se concentrem no debate sobre deficiências, suas manifestações nas crianças e nos métodos que podem ser utilizados para proporcionar um ensino e apoio adequado.

Para que possamos realmente avançar na inclusão, é essencial que os educadores se sintam confiantes e preparados para atender a todos os alunos, independentemente de suas particularidades. Assim, devemos continuar a trabalhar para que a formação de professores inclua conteúdos práticos e teóricos que abordam essas questões de maneira aprofundada, garantindo um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 15 de setembro de 2024.
- GIL, Antônio Carlos - Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.
- POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.